



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 128

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE OUTUBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Durval Amaral
Líder da Oposição	Waldyr Pugliesi
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Sérgio Spada
PMDB	Nereu Moura
PPB	Tony Garcia
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Luiz Carlos Zuk
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Pastor Edson Praczyk
PPS	Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 082ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE OUTUBRO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Basílio Zanusso e Sérgio Spada.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carriho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghelhere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (52). Achando-se em licença os seguintes senhores deputados: Hermas Brandão e Luiz Fernandes da Silva Litro (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SEEG/514/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTE-

GRALMENTE o Projeto de Lei nº 109/2000, de autoria do deputado Antônio Carlos Belinati, por julgá-lo contrário ao interesse público. À **Comissão de Constituição e Justiça**.

Sob o nº CTL/SEEG/515/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 358/2002, de autoria dos deputados Orlando Pessuti e Algaci Tulio, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. À **Comissão de Constituição e Justiça**.

Sob o nº CTL/SEEG/516/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 309/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, por julgá-lo contrário ao interesse público. À **Comissão de Constituição e Justiça**.

Sob o nº CTL/SEEG/512/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 598/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, por julgá-lo contrário ao interesse público. À **Comissão de constituição e Justiça**.

Sob o nº CTL/SEEG/508/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 402/2000, de autoria do deputado Beto Richa, tendo tal veto incidido sobre o § 1º, do mencionado projeto, em razão de ter sido julgado contrário ao interesse público. À **Comissão de constituição e Justiça**.

Sob o nº CTL/SEEG/509, 510, 511 e 517/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

481/2002: De autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Nova Esperança - Cerene, com sede e foro na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina e representação no município da Lapa, Estado do Paraná, o qual foi convertido em Lei nº 13.804. **Anote-se - Arquite-se.**

628/2001: Do Poder Executivo que, autoriza a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, a instituir um plano de benefícios previdenciários para seus funcionários, o qual foi convertido em Lei nº 13.805. **Anote-se - Arquite-se.**

528/2002: Do Poder Executivo que, dispõe sobre as atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, padrões e gestão da qualidade do ar, conforme específica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 13.806. **Anote-se - Arquite-se.**

363/2001: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que institui o censo populacional dos portado-

res de necessidades especiais no Estado do Paraná, o qual foi convertido em Lei nº 13.808. **Anote-se - Arquite-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2328

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 381/2002, 473/2002, 528/99 e 241/2002, os últimos que já se encontram anexados, que tem por objetivo criar um programa incentivando o primeiro emprego.

Sala das Sessões, em 15.10.2002.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2329

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 383/2000 e 647/2002, que exclui da relação de veículos sujeitos ao pagamento de pedágio as motocicletas que trafegam nas vias públicas estaduais do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.10.2002.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2325

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de pesar à família do Sr. Pedro Zawadzki, vice-prefeito de Araruna-PR, ocorrido nesta data.

Deixa esposa e filhos e a saudade dos amigos que sempre cultivou.

Requer ainda, que a manifestação seja encaminhada a Sra. Maria Lúcia Zawadzki, Praça Nossa Senhora do Rocio s/n, Araruna-PR., CEP.: 87.260-000

Sala das Sessões, em 15.10.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2326

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar à Sra. Maria Lucia Zawadzki, pelo falecimento de seu esposo, senhor Pedro Zawadzki, ocorrido em Tapejara, no dia 14 de outubro de 2002.

Sala das Sessões, em 15.10.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2327

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a aprovação de Moção de Apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à indicação do nome do Dr. Dario Marchesini para a nova sede da Justiça Federal em Curitiba.

A presente Moção de Apoio deve-se ao notável saber jurídico, ilibada reputação moral e reconhecido senso de justiça do ilustre advogado e jurista, que protagonizou memoráveis júris, sendo autor de Jurisprudência que até os dias atuais tem sido os meandros das lides advocatícias em nosso Estado.

O Dr. Dario Marchesini teve, também, uma militância política destacada, Foi eleito por duas vezes vereador do município de São José dos Pinhais, ocupando a presidência do Poder Legislativo Municipal. Tendo assumido, também, o cargo de prefeito municipal de São José dos Pinhais.

Foi eleito deputado estadual em duas legislaturas, onde foi líder da Bancada da UDN. Desempenhou seu mandato com muita competência e amor à causa pública.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário desta Casa de Leis, seja enviado expediente ao senhor juiz federal Fernando Quadros da Silva, diretor do Fórum da Seção Judiciária do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.10.2002.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

À JUSTIÇA ELEITORAL

Gostaria de indicar como nome para a nova sede da Justiça Federal em Curitiba, que será inaugurada dia 25 de outubro de 2002, uma personalidade que marcou a história do Paraná. O ilustre Dr. Dario Marchesini, advogado, formado na Universidade de Direito do Paraná, também bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Como brilhante Advogado e Jurista que foi, protagonizou memoráveis júris, sendo autor de Jurisprudência que até os dias atuais tem sido o meandro das lides advocatícias em nosso Estado.

Sua vida pública quer profissional, quer politicamente, foi um exemplo de dedicação às nobres causas.

Exerceu o cargo de Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, e, também a carreira de Procurador do Estado do Paraná. Exerceu também o cargo de Promotor Público de Tibagi.

A militância política do Dr. Dario Marchesini foi muito destacada, especialmente em São José dos Pinhais, sendo eleito vereador por duas legislaturas, ocupando a presidência do Poder Legislativo durante todo o mandato. Assumiu também o cargo de prefeito municipal em São José dos Pinhais.

Foi deputado estadual por São José dos Pinhais pela UDN, em duas legislaturas, onde foi líder da Bancada. Desempenhou seu mandato com muita competência e amor à causa pública.

O Dr. Dario teve publicado trabalhos jurídicos linguísticos.

Dentre suas atividades parlamentares, Dr. Dario Marchesini fez parte da mais importante Comissão Técnica da Assembleia Legislativa: A Comissão de Constituição e Justiça, da qual foi presidente.

Foi membro da Comissão de Redação, tendo integrado também, as Comissões de Tomadas de Contas e de Educação e Instrução Pública.

Foi membro da Comissão Especial da Reforma à Constituição, da qual foi relator parcial.

Fez parte da Comissão Especial, constituída de 7 deputados, que no Rio de Janeiro tratou do reaparelhamento da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, junto ao presidente da República e ministro da Viação.

Foi nomeado pelo governador e indicado pelo presidente da Assembleia, representar o Estado no Congresso de Direito Penitenciário, realizado em Belo Horizonte.

Teve atuação destacada no Estudo da Reforma da Lei de Organização Judiciária e Divisão Administrativa, ocasião que ofereceu emenda criando o distrito de Campo Largo da Roseira.

Foi líder da sua Bancada na Assembleia Legislativa e no ano de 1957 foi eleito presidente da Comissão de Constituição e Justiça e em 1958, foi reeleito por unanimidade.

Nas comissões, seu trabalho mereceu louvores, pois receberam aprovações, mais de 2000 pareceres de sua autoria.

No plenário, sua atuação se caracterizava pela sua segurança e ponderação com que defendia os interesses do Estado do Paraná e do Povo.

Sua vida social e comunitária, dentre muitas realizações, foi um ilustre integrante e um dos fundadores do Rotary Club de São José dos Pinhais, onde permaneceu ativo até o seu falecimento. A sua mente criativa alimentou não somente este clube, mas a sociedade sãojoseense com inovação e progresso.

Dr. Dario destacou-se pelas suas características de idealismo, de inigualável espírito público, modéstia, habilidade e comunicação, dando tudo em si em favor aos objetivos do Rotary. Dentre suas qualidades, era um companheiro exemplar.

São muitas as ações que este grande homem, dedicou com um representante digno do povo paranaense.

Portanto, Dario Marchesini, homem público, com cultura jurídica da maior dignidade e integridade moral que tanto honrou o Paraná, não poderá jamais ser esquecido, e sim merecedor desta grande homenagem, como forma de reconhecimento e agradecimento por tudo o que ele representou em vida, cuja memória ficará registrada para sempre nas páginas da história do Paraná, pelos seus exemplos de honestidade e doação ao povo paranaense.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 656/2002

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores da Comunidade de Bela Vista - Amista, com sede e foro no município de Formosa do Oeste-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores da Comunidade de Bela Vista - Amista, com sede na Comunidade de Bela Vista, na Rodovia Edmundo Merce, km 11, no município de Formosa do Oeste-PR, é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, política, partidária ou religiosa, com prazo de duração por tempo indeterminado, sendo a entidade máxima de representação, reivindicação, coordenação e defesa dos interesses gerais dos moradores da localidade, tendo por finalidades:

1 - estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras da localidade de Consolata, seus problemas, recursos e aspirações;

2 - promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária;

3 - representar os moradores em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;

4 - promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social, econômico e o bem-estar da comunidade;

5 - receber e distribuir recursos de qualquer espécie ou natureza;

6 - colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhes conhecimento dos problemas da comunidade, pleiteando as respectivas soluções.

PROJETO DE LEI Nº 657/2002

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 9.982, de 29 de maio de 1992, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Carambeí, com sede no município de Carambeí e foro no município de Castro.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data e sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.10.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Em Assembléia Geral, realizada no dia 04 de maio do ano de 2001, foi alterada a nomenclatura da entidade que atendia aos excepcionais do município de Carambeí e região.

A nova denominação, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, acompanha uma tendência nacional das entidades congêneres.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvindo atentamente Basílio Zanusso, tive a nítida impressão que todos os projetos que este parlamento cria sempre são inconstitucionais e sempre vão ao encontro da gaveta do dinheiro dos cofres públicos. Basta ter vontade política para realizar uma série de projetos, ou que, pelo menos, cada governador cumpra a sua plataforma de governo quando eleito for. Se o governador faz uma plataforma de governo e diz que vai salvar a humanidade que ele cumpra, pelo menos 90% daquilo que colocou na sua plataforma de governo. Porque é muito fácil, na época de eleição você ouvir uma série de propostas à família brasileira do meu Estado, e depois de eleito não cumprí-las porque terminou a eleição, dane-se o povo.

Eu, como sou deputado da cidadania, com orgulho, e tive nestes 16 anos o maior trabalho de ação social, neste Parlamento, com muito orgulho e vergonha na cara, 16 anos sem uma mancha na minha vida Parlamentar e mais 4 como vereador, são 20 anos, vou apresentar mais quatro projetos que naturalmente não vão servir de interesse ao governo do Estado.

Senhor presidente Elio Lino Rusch, tenho certeza que na sua região o senhor faz o papel de governador e não é governador do Estado. O deputado Zuk, em Ponta Grossa, também o faz e voltará a este Parlamento ou será futuro prefeito, o senhor é um deputado honrado, tem que erguer a cabeça, não deve a ninguém! Agora veja bem: milhares de crianças, senhor presidente, deputado Basílio Zanusso, deputado Divanir que também fez este papel em Maringá distribuiu, nesses 4 anos 50.000 kits escolares, todos cadastrados em meu gabinete.

Crianças que não tem dinheiro para comprar um lápis, um caderno, uma borracha, para freqüentar a sala de aula, depois dizem que o deputado é assistencialista. Eu não sou assistencialista, não sou formado em Assistência Social o que eu faço, neste Parlamento, é cidadania e justiça social.

Não é só a Criança Esperança, não é só aquilo que a Xuxa disse no domingo, no Faustão, que ela fundou a Fundação Xuxa Meneghel, e agora está passando por momento dramáticos porque ela não pode, talvez, dar a continuidade que ela queria para sua Fundação - tirar as crianças das ruas, reeducá-las, reintegrá-las à sociedade. E a Xuxa está passando por momento difícil porque a maioria dos empresários e dos políticos que estão em Brasília, não se preocupam com a Fundação de ninguém.

E o meu gabinete até o dia 31.12 vai ser uma Organização não Governamental para ajudar o pobre sim senhor. Porque ele bate à minha porta e continuo atendendo agora, mesmo perdendo as eleições, o meu gabinete continua lotado de gente, vou continuar atendendo sim, porque é a minha obrigação, quem paga o meu salário é a família paranaense. E espero que os homens honrados deste parlamento aprovelem este projeto, obrigando o governo a doar, a colocar esse povo que trabalha no Governo a fiscalizar as escolas e ver as crianças que não um lápis, um caderno, uma borracha para poder estudar.

Outro projeto, centenas de crianças passaram por esses quatro anos no meu gabinete. Aliás, foram nesses 20 anos de parlamento que eu tenho. A maioria não tem óculos, para enxergar o quadro negro numa escola, a maioria deputado Basílio, deputado Eli Ghellere, não tem e desafio quem me desminta nesse Parlamento. Desafio quem me desminta aqui! A maioria não tem óculos para enxergar o quadro negro. Acabei de atender agora cinco crianças, não tem a receita e não tem o óculos. E eu pergunto - a senhora tem dinheiro - não! Pode fazer - não posso! E eu vou tocá-los do meu gabinete? Não vou tocá-los. É obrigação do governo, da prefeitura, não é obrigação do vereador, do deputado. Os deputados federais, estão em Brasília, nem um pobre vai sair do Paraná para ir à Brasília, os senadores estão em Brasília Nenhum pobre vai sair do Paraná para ir buscar o óculos em Brasília. Nenhum pobre vai sair do Paraná para ir buscar o óculos para seu filho em Brasília. Ninguém vai. Mas vai no gabinete da deputada Luciana, vai no meu gabinete, vai no gabinete de milhares de deputados. Isso não é assistencialismo. Quem disser isso, é mentiroso. Isso chama-se cidadania - o ato de ajudar, o ato de dar de si como eu fui rotariano, 30 anos de minha vida. Dar de si, antes de pensar em si. Doar - mesmo que a tua mão sangre, doa, mesmo que ela doa. Mas ajude o próximo como a ti mesmo. Diz isso na Bíblia.

Outro projeto que quero criar. Recebi agora, ilustre deputado José Maria Ferreira, V. Exa. que é crítico e analisava os meus projetos e discutíamos nesta Casa, mas não penso mais em política. Mas o destino tem uma fábrica no centro da terra, que prepara para uns alegrias, e para outros decepções. Não estou decepcionado estou alegre, porque a minha vida continua como homem de rádio, de televisão. E não vou ter mais o prazer de brigar com o senhor sobre os meus projetos.

Mas, deputado, em Ibiporã, sua cidade, em Londrina, em Curitiba, em Matinhos, onde passei neste

Paraná, onde o Império do dinheiro me derrotou, o império do dinheiro me massacrrou, mas me massacrrou com a cabeça erguida, porque não tenho manchas na minha vida, encontrei vários policiais militares, que pagam passagem, por exemplo, moram em Londrina e tem que trabalhar em Ibiporã. Estão pagando passagem agora; de Matinhos - tem gente lotada em Matinhos, mora em Curitiba e paga passagem. Eles são obrigados a pagar. Agora para não pagar, eles têm que vestir a farda lá no meio do mato para ir lá dentro, isso é uma vergonha.

Então, nós temos que criar neste Parlamento um vale passagem para o policial militar deputado, porque o policial militar já ganha um salário de privada, um salário indecente, um salário cretino. E eu espero, se ganhar o senador Roberto Requião ou se ganhar o meu candidato que é o Álvaro Dias, e V. Exa. tenho certeza será Secretário de Estado, então V. Exa. não vai estar aqui para brigar contra o meu projeto, não vai; porque é vergonhoso deputado José Maria Ferreira ver um policial militar que não tem dinheiro para levar comida para casa, que não tem dinheiro, um policial militar me pediu, deputado José Maria, em Londrina e outro aqui em Curitiba, se eu poderia interceder junto a Secretaria de Segurança para mandar uma arma para ele em Londrina, uma arma da polícia, porque ele estava com uma arma emprestada deputado José Maria, emprestada, emprestada.

Então, a gente vem para cá, nesses vinte anos de Parlamento eu sonhei muito, as paredes são de concreto, lamentavelmente essas paredes não ultrapassam as barreiras deputado Basílio Zanusso, não ultrapassam.

Então, são três projetos que eu apresento neste Parlamento, projetos da área de cidadania de justiça social, e quero contar com o apoio dos deputados sérios, honrados deste Parlamento, quero contar com o apoio da deputada Luciana Rafagnin, quantos projetos eu apoiei da deputada Luciana Rafagnin, não esqueça de mim deputada, são projetos importantes, quantas crianças não podem ir à escola porque não têm um óculos e o Governo não faz nada, quantas crianças precisam de um material escolar, V. Exa. sabe, eu sei que a senhora é uma samaritana, andava de casa em casa, me contaram a sua vida, a senhora sabe quantas crianças não têm um lápis, não têm material escolar, não têm uma borracha para comprar meu Deus, e por que o Governo não faz? Quantos policiais precisam sair de uma cidade e se dirigir a outra ganhando um salário de miséria; deputado Neivo Beraldin, e não tem condições para pagar a sua passagem, e os carros oficiais passam, não pagam nada, inclusive nos pedágios. Então, por que se nós temos regalias com os nossos carros oficiais, por que um policial militar não pode ter o direito de ter uma passagem gratuita para se locomover?

E um outro projeto deputada Luciana, pelo amor de Deus entenda, um carro da polícia deputada Luciana quando quebra na sua cidade para aonde que ele vai? Vem para um cemitério aqui em Curitiba, aqui ele fica abandonado deputado Luciana, aqui ele fica ao descaso,

chovendo, não tem verba para arrumar o carro, quando quebra um carro em Londrina vem o carro para Curitiba deputada, são quase quinhentos quilômetros para vir esse carro em cima de uma carreta. Eu estou criando um projeto deputada Luciana para criar em cada sub-divisão regional um centro de atendimento à Polícia Militar, o deputado Moysés sabe disso. Por exemplo, se o carro quebrar lá em Londrina tem que ter uma oficina mecânica paga pelo Governo, tem que ter uma oficina de lataria paga pelo Governo, tem que ter um posto de gasolina pago pelo Governo, os mecânicos pagos pelo Governo, e em quinze dias tem que ser retificado o motor, tem que ser pintada a viatura, e ela ser integrada ao Batalhão, ou à Polícia Civil. Não, deputada Luciana, convido a senhora, mandei filmar agora de manhã o cemitério das viaturas da Polícia Civil do Paraná apodrecendo aqui na Capital do Estado. Mais de mil viaturas. Fiquei apavorado. Pensei que lá fosse um depósito de carro velho. Dezenas daqueles carros podem ser recuperados.

Outro projeto que é importante vai ser vetado, não derrube este veto. Se você tem um carro roubado em Sertaneja, ninguém vai ligar para você. Ninguém. O carro apodrece no pátio. Todas as delegacias de polícia têm carros roubados apodrecendo nos pátios. Fiz um projeto. O governo diz que gasta dinheiro. Porque não pegar esses carros e mostrar na televisão, nos jornais e publicar: "Atenção carros roubados que estão na delegacia tal, tal." Quem tem um carro roubado vai ver a lista e vai buscá-lo. Mas não, os carros são abandonados nas delegacias de polícia. Sabem o que eles fazem com os carros usam como "cabrita" para trabalhar, porque a polícia não tem carro.

Esses são os projetos que quero apresentar no pôr-do-sol. São projetos de cidadania, deputado Basílio Zanusso. V. Exa. que conhece meu gabinete que é uma organização não-governamental. Quero que apareça outro e fazer o que eu fiz nesses vinte anos da minha vida parlamentar, que pelo menos faça um terço daquilo que fiz pela família e pelos filhos do meu Paraná.

Muito obrigado senhor presidente pela sua paciência. Aliás V. Exa. sempre teve paciência comigo, porque sabe que, quando ocupo a tribuna é apenas para debater as causas sérias da área da cidadania, justiça social do meu Estado.

Muito obrigado!

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados.

Uso o microfone para anunciar votos de condolências pelo passamento do vice-prefeito de Araruna Pedro Zawadski, acontecido ontem. Faleceu aos 50 anos vítima de câncer, deixa um espaço muito grande naquela cidade.

Outro voto de pesar acontecido ontem do Sr. Giovanni Ridolf, faleceu aos 75 anos. Fundador da Sociedade Rural de Maringá. Grande produtor de gado Nelore, uma pessoa muito querida e estimada por todos.

Estou encaminhando à Mesa votos de pesar para que fique registrado nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

No Grande Expediente não há oradores inscritos.

Horário das Lideranças. Consulto as lideranças do PL, PSC, PSL, PPS, PDT, PT, PPB, PMDB, PFL, PSDB, PTB. Liderança do Governo e Liderança da Oposição.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELI GHELLERE

Pela ordem, senhor presidente.

Quero registrar a presença do deputado eleito, Reni Pereira, do PSD, e dar as boas-vindas desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

Seja bem-vindo, deputado, que a partir do ano que vem V. Exa. integrará este Poder.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 180/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que cria o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 127/2002, de 14.10.2002, em Redação Final)**

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/2002, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Guaraqueçaba. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2002, de 11.03.2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 106/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, visa autorizar o Poder Executivo a doar

imóvel ao município de Guaraqueçaba, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 106/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Guaraqueçaba.

A presente proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça

Esta Comissão, conforme artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 106/2002, salientando que o referido imóvel já pertencia, anteriormente, ao município citado.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) **ADEMIR BIER** - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/2002, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, no município de Jandaia do Sul, pertencente ao Estado do Paraná, ao Tribunal de Justiça do mesmo. **PARECERES DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 016/2002, de 12.03.2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 114/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Miltinho Pupio, visa autorizar o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, no município de Jandaia do Sul, pertencente ao Estado do Paraná, ao Tribunal de Justiça do mesmo.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 114/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Miltinho Pupio, autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, no município de Jandaia do Sul, pertencente ao Estado do Paraná, ao Tribunal de Justiça do mesmo.

A presente proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça

Esta Comissão, conforme artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 114/2002, considerando a necessidade de prestar melhor atendimento àquela região.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2325, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2326, de autoria do deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2327, 2328 e 2329, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Queremos lembrar aos senhores deputados, que amanhã a Sessão Ordinária será transformada em Sessão Pública, onde estaremos recebendo o secretário da Saúde, que falará sobre a prestação de contas do 2º Trimestre, no que diz respeito à Lei 8689 de 27 de julho de 1993.

Dessa forma, todos os senhores deputados estão convidados a comparecer, amanhã, nessa Sessão de Audiência Pública.

Amanhã não terá Sessão Ordinária e todos os deputados estão, gentilmente, convidados para se fazerem presentes na Audiência Pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando os senhores deputados para amanhã comparecerem na Audiência Pública, às 14h30min.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 106 e 114/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 129, 290, 334, 500, 542, 605, 606, 612, 617 e 638/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 144/2002

I - exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de agosto de 2002, conforme especifica:

DIVINO DANDOLINI,
FRANCISCO CARLOS MARAVIESKI,
CLAUDIA DUMAS DE ALMEIDA,
EDSON RODRIGUES DE ALMEIDA,
ARGEU DIAS,
MARIA JORANICE PONTES,
JORGE PEDRO DOS REIS,
MARCOS PAULO ANDRADE DOS SANTOS,
JOSÉ EVANGELISTA PRADO.

II - exonerar, a pedido, VALTER GONÇALVES BESSANE, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de agosto de 2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 145/2002

I - exonerar, a pedido, MIRIAN VAZ TENÓRIO GOBARA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete Nelson Justus, a partir de 1º de agosto de 2002.

II - prover, HAROLDO ANDRADE DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de agosto de 2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 146/2002

I - exonerar, a pedido, ANDRE LUIZ TEIXEIRA KAFKA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de agosto de 2002.

II - prover, JOSÉ BRUSTOLIM NETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de agosto de 2002.

(Prot. nº 7050/2002)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 146-1/2002

I - exonerar, a pedido, JULIANE CRISTINA VICENZI, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de agosto de 2002.

II- prover, MARIA LUCIA QUEIROZ TRINDADE, para exercer o cargo em Comissão símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de agosto de 2002.

III - exonerar, a pedido, ÁLVARO HENRIQUE PONTARA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de agosto de 2002.

IV - exonerar, a pedido, ANTONIO BERTIPAGLIA, do cargo em Comissão símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de agosto de 2002.

V - prover, NATIFRANKE DA CRUZ MOCELIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de agosto de 2002.

VI - prover, ÁLVARO HENRIQUE PONTARA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de agosto de 2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 147/2002

I - exonerar, a pedido, CAIO MÁRCIO EBERHART, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ribas Carli, a partir de 1º de agosto de 2002;

II - prover, LUCY APARECIDA ROCHA MARCONDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ribas Carli, a partir de 1º de agosto de 2002;

III - prover, FERNANDA CARDOSO BIATO DA COSTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de agosto de 2002;

IV - exonerar, a pedido, LEONIR FRANCISCO BERALDIN, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de agosto de 2002;

V - prover, ACIR JOSÉ NOGUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de agosto de 2002.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.08.2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 148/2002

exonerar, a pedido, JORGE PAULO COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de agosto de 2002.

(Prot. nº 7345/2002)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 149/2002

exonerar, a pedido, SONIA PEREIRA DE BRITO LIMA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do

deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 1º de agosto de 2002.

(Prot. nº 7395/2002)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.08.2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 150/2002

I - exonerar, a pedido, LEANDRO APARECIDO MORAES, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 1ª vice-Presidência, a partir de 1º de agosto de 2002;

II - prover, JONATHAN ALBERTO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 1ª vice-Presidência, a partir de 1º de agosto de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 7447/2002)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 151/2002

I - exonerar, a pedido, RAQUEL GUEDES CARROCINI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de agosto de 2002;

II - exonerar, a pedido, ELGINA NASCIMENTO GUEDES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de agosto de 2002;

III - prover, CAROLINE HILMAN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de agosto de 2002;

IV - prover, ELGINA NASCIMENTO GUEDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de agosto de 2002.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.08.2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 161/2002

CONSIDERANDO - o infausto passamento, ocorrido no dia 19 de setembro, do senhor deputado Silvino Lopes de Oliveira. O querido parlamentar lapeano foi eleito, no início de sua carreira política, vereador de Campo Mourão e prefeito municipal de Peabiru. Na sequência Silvino Lopes de Oliveira elegeu-se deputado estadual durante duas Legislaturas: a 4ª Legislatura (1959/63) e a 5ª Legislatura (1963/67). Tendo exercido o cargo de deputado estadual, como suplente, na 3ª Legislatura.

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de homem público do senhor Silvino Lopes de Oliveira, com um trabalho sem-

pre voltado para as mais justas aspirações do povo da nossa terra.

R E S O L V E :

Art. 1º - Guardar luto oficial por 3 (três) dias, a contar desta data, como expressão de pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. deputado Silvino Lopes de Oliveira.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.09.2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 167/2002

determinar, à Diretoria de Pessoal a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de DARCI ANTONIO BUDEL, matrícula nº 062, funcionário aposentado do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do art. 30, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do art. 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 6 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 7740/2002)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 168/2002

conceder a ROSELI DA SILVA, matrícula nº 40348, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Serviços Especial, Licença Especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da lei nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 150 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 7609/2002)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 169/2002

conceder, aposentadoria por invalidez a NICOLAU FARAH NETO, matrícula nº 40187, funcionário desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, com vencimentos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, nos termos dos artigos 139, 224 e 235 da Lei nº 6.174/70, acrescidos de 02 (dois) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da mesma lei, resultando em proventos de inatividade conforme cálculo

de fls. 10, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nº 7879/2002)

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 01.10.2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 96/2002

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de IARA DE OLIVEIRA VARGAS, matrícula nº 40302, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Universitário, nível 64, lotada no gabinete da Procuradoria, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro de licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 7387/2002)

PORTARIA Nº 97/2002

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de TOTILA GLITZ, matrícula nº 40229, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Médico, lotado na Coordenadoria de Serviço Médico da Casa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro de licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 7594/2002)

PORTARIA Nº 98/2002

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, MARCIA BORIO WOJTUNIK, matrícula nº 41010, de noventa dias (90), a partir de 05 de setembro de 2002, CID. 10-m 65.4.

(Prot. nº 8298/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.10.2002.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Ata de Comissão:**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e dois, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos senhores deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta; Proposição 128/2002 - Submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos senhores deputados referente ao mês de setembro de 2002. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao senhor deputado Geraldo Cartário, relator da Proposição nº 128/2002, que trata da prestação de contas

da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de setembro de 2002, conforme Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14. Examinada a matéria pelo senhor relator, este, conclui que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendem a legislação em vigor, dada à sua correção, deliberando pelo Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, sendo acompanhado por todos senhores deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, senhores deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária